



**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GABINETE CÍVEL  
2023**

<b>COMARCA</b>	BELÉM
<b>UNIDADE INSPECIONADA</b>	1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM
<b>COMPETÊNCIA DA UNIDADE</b>	CÍVEL E COMÉRCIO, ÓRFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS
<b>DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL</b>	09/05/2023
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE</b>	Aline Guimarães do Monte Medeiros. Mat. 69221
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ</b>	Breno Peck de Barros Mello mat. 125482

**1. INFORMAÇÕES GERAIS DO GABINETE (Dados Funcionais e Administrativos):**

**1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

Rosana Lúcia de Canelas Bastos

**1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:**

- Férias: não houve
- Folgas compensatórias: não houve
- Licenças: não houve

**1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?**

10 a 12 de fevereiro de 2023 (final de semana)

**1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

Encontram-se pendentes de resposta os expedientes oriundos da Ouvidoria Judiciária (02) e da Corregedoria Geral de Justiça (02).

Na Ouvidoria, segundo informações prestadas pela servidora Mayra Kaled Moreira em 15/05/23 via Teams, há os seguintes expedientes:

- Protocolo 238.067.726.008: trata-se de reclamação por morosidade processual referente ao processo 0838786-59.2018.8.14.0301, recebida em 08/05/2023. Unidade ainda em prazo de resposta (cf. art. 9º, §1º da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça), com prazo final calculado para 19/06/2023.
- Protocolo 233.007.115.868: trata-se de Reclamação Administrativa por falta de atendimento, recebida em 04/05/2023, com prazo final para 13/06/2023



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

calculado conforme art. 9º, §1º da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça).

Na Corregedoria Geral de Justiça, há dois expedientes:

- O REP 0000904-27.2023.2.00.0814 refere-se a morosidade processual no processo 0845488-16.2021.8.14.0301. Os autos vieram conclusos em 03/04/2023 com manifestação do Juízo.
- O PP 0003706-32.2022.2.00.0814 refere-se à inspeção do CNJ.

**1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?**

A unidade informou a data de 10/04/2023

Durante a visita presencial por ocasião da inspeção, a unidade foi orientada a realizar reuniões semanais céleres para planejamento e acompanhamento da produtividade e dos resultados, com apresentação das questões pendentes e soluções, para construir o plano de ação.

**1.6. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº6 de abril de 2023 que determinou o retorno às atividades presenciais a todos os integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará? Caso encontre-se serviço remoto indicar o nº do expediente que autorizou a modalidade.**

A unidade respondeu que sim.

Durante a inspeção, a Magistrada esclareceu que se faz presente no Fórum todos os dias, atuando presencialmente, sempre, nas audiências.

A Corregedoria orientou que nas audiências em que a magistrada não considerar imprescindível a presença de partes, advogados e Ministério Público, deve por ocasião da confecção do ato judicial de designação de audiência, disponibilizar link para acesso, evitando assim peticionamento/ligações telefônicas para acesso dos interessados.

**1.7. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a alteração no texto do art. 4º determinada na Resolução 6/2023?**

A unidade respondeu que sim.

Por ocasião da inspeção foi verificado que a unidade tem exigido a presença física dos advogados. Assim, no ato foi realizado esclarecimento a respeito da Resolução 6/2023-GP, frisando que a magistrada necessita estar presente na unidade, independente da presença física das partes, do advogado, defensor e promotor públicos, e que o indeferimento de pleito para participar das audiências à distância deverá ser motivada, realçando o ponto descrito no item 1.6.

**2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

## 2.1. Quadro de pessoal:

### 2.1.1. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	4
Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	2
Terceirizados(as)	0

A unidade informou a seguinte composição, relatando também as funções desempenhadas por alguns.

- Adriel Lorrán Mendes Costa: Estagiário (Digitação de audiências e minutas)
- Aline Guimarães do Monte Medeiros: Analista Judiciário
- José Emmerson Ferreira Rodrigues: Analista Judiciário (Cuida das liminares)
- Nagina Nascimento da Silva: Estagiário
- Pablo José Rodrigues Silva: Auxiliar Judiciário
- Sílvia Goretti Rodrigues Siqueira: Analista Judiciário

A unidade pontuou que a Lotação Paradigma não estaria atendida. Foi recomendado a composição da unidade por mais um servidor, comissionado, em virtude do volume de trabalho. A magistrada afirmou que apresentaria pedido à presidência para nomeação de comissionado exclusivo.

SubÁrea Forum Cível  
Lotação Gabinete da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém  
Gestor(a) Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes  
Localização FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA  
Telefones (91)3205-2189  
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo
Adriel Lorrán Mendes Costa	Estagiário	Estagiário
Aline Guimaraes do Monte Medeiros	Efetivo	Analista Judiciario
Jose Emmerson Ferreira Rodrigues	Efetivo	Analista Judiciario
Nagina Nascimento da Silva	Estagiário	Estagiário
Phablo Jose Rodrigues Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciario
Sílvia Goretti Rodrigues Siqueira	Efetivo	Analista Judiciario

## 2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

A unidade respondeu que sim, apontando a assessora do juízo Aline Guimarães do Monte Medeiros – mat. 69221.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O Controle de produtividade, segundo relatou a unidade, é mensal, feito por meio de consulta ao link Painel de Gestão de Atividades, e enviou planilha referente apenas ao período de 30/03/2023 a 30/04/2023, vez que o início do teletrabalho se deu a partir do dia 30 de março passado, bem como o respectivo plano de trabalho.

Na ocasião, esclareceu-se à unidade que o controle de produtividade do servidor em teletrabalho não pode ocorrer com simples verificação da planilha produzida pelo Painel de Gestão, e que precisa se dar com base nas metas do plano de ação, comparando a produtividade esperada à produtividade alcançada.

**2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)**

A unidade respondeu que será feito de forma mensal, e justificou a não apresentação de planilha na ocasião da inspeção por ainda não terem iniciado o controle.

**2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?**

A unidade relatou que é feito a partir da consulta ao link Painel de Gestão de Atividades, no qual fica registrada a produtividade do servidor.

Foi esclarecido que as metas do gabinete foram distribuídas da seguinte forma: dois servidores ficam encarregados da minuta de decisões dos processos com petição inicial, incluindo as liminares, com a finalidade de que sejam apreciadas em até 30 dias da sua conclusão, e outros dois servidores, incluindo a assessora, ficam encarregados da minuta de sentenças, com especial ênfase no cumprimento da meta 02 do CNJ, tudo sem prejuízo de buscar minorar o percentual de processos paralisados há mais de cem dias conclusos no gabinete.

Na inspeção, a unidade foi orientada a acompanhar a produtividade a partir do estabelecimento de metas definidas em plano de ação, excluindo do cômputo os meros movimentos e enfatizando o cumprimento de tarefas, também levando em conta tarefas que não são contabilizadas pelo sistema (atendimento, audiência etc).

**3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

Com relação ao gabinete, não há registro de pleito administrativo referente a problemas estruturais.

c.

**4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

**4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:**

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 03/05/2023.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	6.312	6.195
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	113	112
Total do acervo com prioridade	2.877	2.876
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	47	54
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	4.069	4.135
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	1.912	2.014
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	678	727

Foi relatado que em meados dos anos 2010 houve grande volume de processos conclusos, e, posteriormente, grande demanda de ações envolvendo construtoras, o que contribuiu para, atualmente, o acervo estar até o momento quase totalmente em gabinete.

Atualmente, não há um plano de ação segmentado, nem uma distribuição de tarefas individualizada, ou com foco em classes/situações, com dias designados para cumprimento de cada tarefa. A unidade, portanto, foi orientada a designar tarefas para cada dia da semana, bem como metas a serem atingidas, conforme o dia da semana, por cada servidor lotado na unidade.

A unidade foi orientada a reduzir o acervo paralisado bem como aquele acervo que se aproxima da paralisação há mais de cem dias.

Também houve orientação para aumento do número de audiências diárias, a partir do número registrado em 2022 no relatório de correição ref. 2022.

Foi informado pela unidade, na ocasião, que a UPJ tem classificado como “conclusos para despacho” processos que deveriam vir conclusos para sentença, e vice-versa.

**Registrou-se que o GAS atuou em volume somente em extinções processuais, sem atuar em processos que ocupam fração significativa do acervo, escolhendo os temas e classes sem a anuência da unidade.**

A unidade informa que apurou junto à estatística que cerca de 25% do seu acervo é de interdições, e que é o assunto que mais possui fluência na unidade.

#### 4.2. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?**

A unidade relatou 37 (trinta e sete) processos, listados a seguir:

00598151420128140301; 00159447020088140301; 00326505520138140301;  
00890958820168140301; 00207564320178140301; 02312589120168140301;  
02292565120168140301; 06746519820168140301; 00372776320178140301;  
05356457620168140301; 00254535920078140301; 00044173919998140301;  
00286083120118140301; 00361569720178140301; 00162511420148140301;  
08370200520178140301; 00190229620138140301; 00175462820108140301;  
00328912920138140301; 00637814820138140301; 00556591220148140301;  
00524113820148140301; 00289082220138140301; 00098896019958140301;  
00154731020158140301; 01347112320158140301; 00066573920158140301;  
00048282420138140097; 00327645720148140301; 01102257120158140301;  
02513031920168140301; 00662174320148140301; 00370689420178140301;  
08395037120188140301; 01742895620168140301; 00188753620148140301;  
00491385120148140301.

Por amostragem, foram verificados os seguintes processos em 15/05/23, todos já movimentados após apuração inicial pela unidade.

- 00190229620138140301: expedido ato ordinatório em 15/05/23 determinando à parte autora que manifeste interesse do feito sob pena de extinção.
- 00370689420178140301: houve peticionamento em 11/11/22 requerendo desentranhamento do mandado de busca e apreensão; em seguida, a UPJ cadastrou o processo como prioridade Meta 2 em 19/12/22; por fim, em 15/05/23, os autos foram conclusos.
- 02292565120168140301: autos conclusos em 08/05/23 com certidão informando que as partes não se manifestaram após migração do processo.

**4.3. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?**

A unidade informou que sim.

A unidade relatou que há diversos processos de interdição que retornam do arquivo por conta de novo pedido, que acabam inchando o acervo, e, por consequência, aumentando a paralisação. Corregedoria, no ato, detectou que, naquela altura, o pedido deveria vir no contexto de uma nova ação, com classe adequada, orientando que o pedido naqueles autos arquivados deveria ser repellido em prol de uma ação nova, como por exemplo, remoção de curador.

Na ocasião, a unidade foi orientada fortemente a atuar não apenas nos processos paralisados há mais de cem dias, mas também naqueles prestes a entrarem no PP+100, de modo permitir efetiva redução deste acervo. A unidade foi orientada a definir um “ponto de corte” em que atuaria, sendo sugerido que comesçassem a atuar desde os paralisados há 50 (cinquenta) ou 60 (sessenta) dias, em conjunto com os paralisados há mais de cem dias, por ordem cronológica, evitando paralisação de prioridades.

**4.4. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	350
Total de processos julgados	345
Total de processos baixados definitivamente do acervo	464

#### 4.5. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

##### MÊS FEVEREIRO/2023

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): ROSANA BASTOS	QUANTIDADE
Decisões	174
Despachos	91
Sentenças com resolução de mérito	17
Sentenças sem resolução de mérito	18
Audiências realizadas	23

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): DANILO MARQUES	QUANTIDADE
Decisões	0
Despachos	1
Sentenças com resolução de mérito	7
Sentenças sem resolução de mérito	51
Audiências realizadas	0

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): FÁBIO MARÇAL	QUANTIDADE
Decisões	0
Despachos	1
Sentenças com resolução de mérito	0
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	0

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): JOAO LOURENÇO SILVA	QUANTIDADE
Decisões	0
Despachos	1
Sentenças com resolução de mérito	2
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	1

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): MÁRCIA MURRIETA	QUANTIDADE
Decisões	1
Despachos	0
Sentenças com resolução de mérito	0
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**MÊS MARÇO DE 2023**

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): ROSANA BASTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	317
Despachos	149
Sentenças com resolução de mérito	41
Sentenças sem resolução de mérito	75
Audiências realizadas	<b>48</b>

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): JOAO LOURENÇO SILVA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	1
Despachos	2
Sentenças com resolução de mérito	0
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	<b>0</b>

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): MURILO SIMAO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	1
Despachos	0
Sentenças com resolução de mérito	0
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	<b>0</b>

**MÊS ABRIL/2023**

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): ROSANA BASTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	217
Despachos	80
Sentenças com resolução de mérito	40
Sentenças sem resolução de mérito	38
Audiências realizadas	<b>27</b>

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): ANDREA RIBEIRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	1
Despachos	0
Sentenças com resolução de mérito	0
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	<b>0</b>

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): DAVID BASTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	1
Despachos	0
Sentenças com resolução de mérito	22
Sentenças sem resolução de mérito	32
Audiências realizadas	<b>0</b>

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS): JOAO LOURENÇO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
---	-------------------



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

<b>SILVA</b>	
Decisões	1
Despachos	1
Sentenças com resolução de mérito	1
Sentenças sem resolução de mérito	0
Audiências realizadas	0

**4.6. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?**

Não.

**5. METAS NACIONAIS:**

**5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.**

A unidade informou que a assessora e a servidora do gabinete realizam o acompanhamento do cumprimento das metas nacionais, e enviou plano de ação.

Em inspeção, foi observado que o plano de ação da unidade era muito amplo, contendo objetivos pouco específicos e tarefas muito gerais. A unidade foi orientada a deixar seu plano de ação mais focado, separando os objetivos o mais possível.

Para tanto, foi ilustrada a situação observada no plano de ação remetido pela unidade. Constatou-se que três objetivos diferentes, quer sejam, a redução do acervo paralisado e melhoria das metas 1 e 2 do CNJ constavam do mesmo objetivo. A CGJ pontuou que seria mais eficiente separar cada um destes objetivos em tópicos individuais, designando etapas e prazos diferentes para cada um, indicando os responsáveis.

**5.2. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (gestão judiciária)?**

Sim

**5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?**

A unidade apurou 650 (seiscentos e cinquenta) processos.

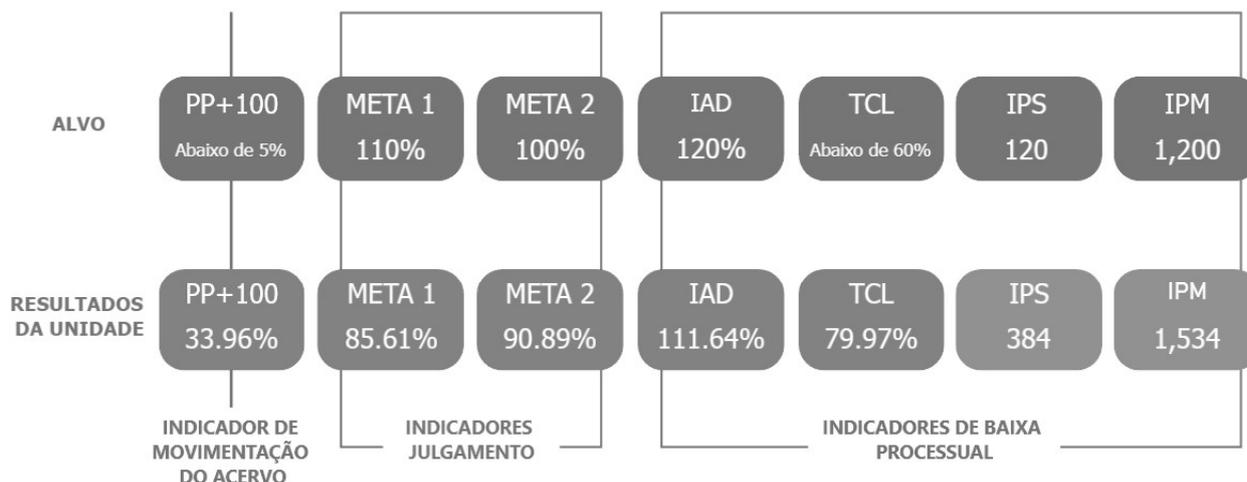
Considerando que em média os meses possuem 20 (vinte) dias úteis, e considerando que restam 8 (oito) meses para o fim do ano, de maio a dezembro, a unidade teria de julgar 4 (quatro) processos Meta 2 por dia para atingir a meta até o fim do ano.

Corregedoria Geral:

**Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção**



Dados carregados até  
14/05/2023 17:57:15



## 6. METAS E DIRETRIZES DA CNJ/2023:

**7.1. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)**

A unidade informou os seguintes números:

- Suspenso aguardando decisão de repetitivo: Tema 1.132 - STJ : 42 processos.
- Suspenso aguardando decisão de IRDR : IRDR 71: 01 processo.
- Controvérsia 4 IRDR: 02 processos.

**7.2. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)**

Não foi definido pela unidade prazo específico.

A Corregedoria orientou que a assessora fosse habilitada no grupo do NUGEPNAC do TJPA.

**7.3. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?**

Na página inicial do sítio eletrônico do TJPA. Não foi fixada periodicidade para as consultas.

A unidade foi orientada a estabelecer rotina para verificação periódica dos julgados a partir de consulta regular ao Nugepnac.

**7.4. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)?** *(Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não se aplica

**7.5. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?**

Não se aplica

**7.6. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?**

Não se aplica

**7.7. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJ (Registro Judicial Individual)?** – *(Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

Não se aplica

**7.8. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?**

Não se aplica

**7.9. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(a) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?**

Não se aplica

**7.10. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?**

Não se aplica.

**7.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados?** *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não se aplica

**7.12. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes?** *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não se aplica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**7.13. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)**

Não se aplica

**7.14. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)**

Não se aplica

## **8. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE:**

### **8.1. Quais as modalidades de atendimento ao público no gabinete?**

A unidade informou que realiza atendimento presencial na assessoria e com a magistrada, atendimento não presencial pela assessoria via telefone e e-mail, e atendimento virtual com a magistrada com o uso da plataforma Teams.

Na ocasião da inspeção constatou-se que a unidade deu resposta a quem buscou atendimento presencial.

### **8.2. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?**

Em consulta ao PJE, foram encontrados 09 processos na caixa Migração do Sistema Libra, a seguir listados: 0002353-27.1997.8.14.0301, 0006561-83.1999.8.14.0301, 0581596-95.1976.8.14.0301, 0012584-98.2006.8.14.0301, 0016444-93.1995.8.14.0301, 0015397-21.1994.8.14.0301, 0005718-89.1997.8.14.0301, 0015850-69.2001.8.14.0301 e 0318311-13.2016.8.14.0301.

Na inspeção houve reclamação de que os processos migrados não foram conferidos os dados, nem tão pouco vinculadas as fases processuais e os peticionamentos.

### **8.3. Quais as etiquetas adotadas exclusivamente para o gabinete? identificar**

A unidade informou que utiliza as etiquetas JUÍZA, 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, que fazem referência ao servidor/magistrado que está analisando o processo.

Durante a inspeção, foi esclarecido que os números se referem aos códigos assinalados aos servidores atuando no gabinete da unidade, inclusive para a magistrada, cuja etiqueta, recentemente, também havia sido alterada para um código.

A unidade foi orientada a elaborar etiquetas não apenas de distribuição interna, mas também que identificassem a tarefa a ser realizada, a matéria e o tipo de prioridade, de forma a elaborar diferentes formas de triagem.

**8.4. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente**



**necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE?** *(Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814)*

A unidade remeteu certidão da UPJ na qual se atesta terem sido observadas as instruções da nota técnica contida no Ofício Circular 48/2022-CGJ em três processos coletados por amostragem.

Contudo, a unidade não informou qual movimentação adotada nestes processos. A unidade relata somente que a retirada da situação de suspensão/sobrestamento de cada um deles foi realizada ao acessar a tarefa “PROCESSO SUSPENSO”, em seguida através da ação “RETIRAR DE SUSPENSÃO”, conforme o fluxo próprio disponível no Sistema PJE.

Ao consultar os processos no PJE, entretanto, constatou-se que os processos analisados por amostragem não possuem levantamento de suspensão, como segue:

1. 0873951-70.2018.8.14.0301: suspenso pelo movimento adequado (264 – Suspensão Condicional do Processo), porém os autos foram conclusos sem movimento de levantamento da suspensão.
2. 0801523-56.2019.8.14.0301: suspenso pelo movimento adequado (898 – Por Decisão Judicial), porém conclusos após pedido de prosseguimento do feito sem movimento de levantamento da suspensão.
3. 0498077-45.2016.8.14.0133: suspenso pelo movimento adequado (268 – Morte ou perda da capacidade), porém conclusos sem movimento de levantamento da suspensão.

**8.5. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)**

Não se aplica.

**8.6. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?**

A unidade anotou os seguintes dados, apurados com parâmetro “Buscar resultados desde Sempre”:

- Petições avulsas não lidas: 65.507
- Processos com habilitações nos autos não lidas: 2.418
- Documentos não lidos: 12.840



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Mandados devolvidos pelo oficial de justiça: 2636
- Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado: 3689. Neste item aparece a notificação mais antiga: Autuação: 15/05/2000
- Processos sob análise de prevenção: 573

A unidade foi orientada a atuar nos agrupadores, visando responder com mais agilidade as demandas simples porém numerosas, como por exemplo pedidos de homologação de acordos e pedidos de desistência.

**8.7. Antes de proferir ato judicial, havendo indicação de peticionamento nos agrupadores, o gabinete adota rotina de clicar como lidos, contribuindo assim para melhor atualização do Processo Eletrônico?**

Não é adotada como rotina padrão, segundo informou a unidade.

Na ocasião, a unidade foi orientada a marcar como lidos durante a análise, e seguir até os agrupadores para confirmar a leitura, de forma a não permitir que registros obsoletos se acumulem nos agrupadores.

**8.8. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?**

A unidade respondeu que planejou meta mensal de 104 (cento e quatro) sentenças visando dar cumprimento à Meta 1 do CNJ, sendo que destas, 92 (noventa e duas) devem ser de processos pertencentes à Meta 2.

**8.9. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.**

Audiências presenciais: 28

Audiências não presenciais: 8

Nos processos em que as audiências se deram de forma híbrida, a magistrada encontrava-se no gabinete da unidade judiciária.

**8.10. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

Foi informado que a unidade pautou 2 (duas) audiências de instrução e julgamento para o mês de Abril de 2023.

A unidade foi orientada a agendar pelo menos 5 (cinco) audiências de instrução por dia com até 3 (três) testemunhas, devendo realizar planejamento com triagem daqueles que estão com agendamento pendente. A realização de audiências de conciliação foi orientada a ser realizada pelo CEJUSC (hipóteses do art. 334 ou



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

identificados como propícios para conciliação), em havendo grande volume.  
A unidade foi orientada a dar agilidade nos peidos de homologação de acordos.

**8.11. A pauta de audiência é inserida no PJE pelo gabinete?**

Sim.

**8.12. Para qual data está pautada a audiência mais distante?**

05/09/2023

**8.13. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?**

Sim.

**8.14. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?**

A unidade informou que não, o que motivou orientação para buscar o referido órgão em especial na hipótese de audiências do art. 334 do CPC, apurando lotes de processos que podem ser remetidos ao órgão.

**8.15. Na hipótese de MANDADO URGENTE está sendo observado Provimento conjunto nº 009/2029 – CJRMV/CJCI, que estabelece a necessidade de ordem judicial expressa para envio de mandado nessa modalidade à Central de Mandados?**

A unidade foi orientada a fundamentar e encaminhar corretamente à Central de Mandados as decisões de urgência.

**8.16. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

A unidade respondeu que foram baixados 130 (cento e trinta) processos.

**9. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:**

13 a 14 de fevereiro de 2023.

Trata-se do PJECor nº 0000610-72.2023.8.14.0301.

**15.2. Existem registros de recomendações pela Corregedoria em decisão correicional referente a última correção ordinária anual realizada pela unidade judicial? Identificar as não cumpridas**

Com relação à última correção ordinária anual realizada pela unidade judiciária, referente ao ano de 2022, ainda não houve registro de recomendações pela Corregedoria.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

---

**Belém, conforme lançado na assinatura eletrônica.**

**SILVIA MARA BENTES  
DE SOUZA COSTA:4596** Assinado de forma digital por SILVIA  
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596  
Dados: 2023.06.28 16:16:24 -03'00'

**SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA  
Juíza Auxiliar da Corregedoria**

**BRENO PECK DE BARROS  
MELLO:74290452272** Assinado de forma digital por BRENO  
PECK DE BARROS MELLO:74290452272  
Dados: 2023.07.11 14:36:01 -03'00'

**BRENO PECK DE BARROS MELLO  
Servidor(a) da CGJ**